

Sistema unicameral divide opinião dos parlamentares

26 MAI 1991

Scheila Bernadete

O Senado e a Câmara travam uma disputa particular no Congresso Nacional: os senadores estão insatisfeitos com a concentração de decisões nas questões mais importantes na Câmara, transformando o Senado em uma instituição meramente homologadora. Nas últimas semanas, eles se articularam e conquistaram uma significativa vitória: quase 30 anos depois, a Comissão Mista de Orçamento passa a ser presidida por um senador, apesar de ser lei constitucional o rodízio. Muitos deputados defendem uma tese que preocupa e assusta os senadores: o unicameralismo. Já há, inclusive, uma emenda propondo a existência de uma Câmara só. Seu autor é o deputado Paulo Paim (PT-RS). Ela deverá ser votada na revisão constitucional, em outubro de 93. Entre os motivos para a extinção do Senado, estão o conservadorismo e a fidelidade aos projetos do Executivo. O argumento dos senadores é o equilíbrio federativo.

Dependendo ainda de uma Comissão Especial a ser criada no segundo semestre deste ano, a proposta do deputado gaúcho, que precisa de um terço de votos para tramitar, já tem 170 assinaturas de parlamentares. Para a aprovação da matéria é necessário maioria simples, ou seja, o voto de 293 congressistas, ao contrário dos três quintos de agora. Além disso Paim afirma que tem todo o apoio do povo, "pois por todos os lugares onde passo, noto que sou mais aplaudido justamente quando falo na extinção do Senado". Por isto, ele pretende transformar, também, a ideia em emenda popular, acreditando que obterá mais de um milhão de assinaturas.

A interpretação de Paulo Paim pode ter duplo sentido, devido à falta de credibilidade do povo com o Poder Legislativo. Pelo projeto, no sistema unicameral, a Câmara dos Deputados será eleita pelo mesmo processo, proporcionalmente. Assentadas, ainda, as representações mínima e máxima de cada unidade federativa, sendo que os atuais senadores passarão a deputados federais até o tempo de duração de seus mandatos. O unicameralismo facilitará, acredita o deputado, a derrocada dos vetos presidenciais aos encargos sociais aprovados na Constituinte "e sempre derrubados no Senado". Paim se refere especialmente ao Plano de Custo e Benefícios que, mesmo aprovado com o acordo de lideranças das duas Casas do Congresso, sofreu posteriormente vários vetos do presidente Collor, depois rejeitados na Câmara e acolhidos no Senado.

Morosidade

Outro motivo alegado pelo deputado petista em sua emenda na tese de um Parlamento único é a morosidade na tramitação dos projetos: "Sofrem o mesmo processo nas duas Casas, o que não rende nada", diz. Entende Paim que, acordado com o Senado, as facilidades convenientes dele, como o Produtor, e a gráfica, dariam maior agilidade ao processo legislativo. "Não estou de olho nas mordomias para a Câmara, mas sim na sua estrutura", salienta.



Jorge Cardoso 19.06.90

Paim quer extinguir o Senado

Paulo Paim contesta o argumento sustentado pelos senadores, que é o equilíbrio federativo. Ele afirma que a tese é, no mínimo, parcial. "Na realidade, jamais o Senado funcionou apenas como Câmara revisora para questões eminentemente ligadas à Federação ou para controle da política externa, para citar outro exemplo", afirma.

Defesa

"Eu acho um equívoco de quem pensa que o País pode ter o unicameralismo", reage o senador José Richa (PSDB-PR). Ele contesta as afirmações do deputado Paulo Paim, arguindo que o sistema legislativo uno só cabe nos países que não têm estrutura física e política. "No Brasil, isto seria uma distorção inqualificável", diz. Para o senador tucano, o Senado exerce um poder político moderador para evitar que os estados maiores esmaguem os menores.

O líder do PMDB, senador Humberto Lucena (PB), ex-presidente do Senado, também levanta o argumento do equilíbrio federativo entre os estados, na justificativa da não extinção da Casa. "Se o parlamento unicameral for adotado, os governadores teriam que ser indicados, tanto no regime parlamentarista como presidencialista", afirma. Ele explica que, se isto não ocorrer, possibilitará um poder muito grande dos governadores sobre o Executivo federal, através de suas bancadas. O senador,

Unicameralismo tem mais espaço

Stentava e quatro países têm o Legislativo unicameral e os demais estão sob governo de fato ou ditaduras disfarçadas, segundo levantamento feito pelo deputado Paulo Paim.

No Brasil, a proposta aparece já na primeira Constituinte republicana. De acordo com o autor do projeto, ao contrário de apresentar uma proposta fechada de mudança, seria mais interessante a discussão na sociedade civil. "Para que se busque configurá-lo melhor às circunstâncias nacionais".

no momento, não vê condições para que isso ocorra, mas acredita na reforma do funcionamento do Legislativo.

Sectorismo

Indiferente à tese do unicameralismo está o senador Affonso Camargo, líder do PTB. "Não estou preocupado com a campanha de extinção do Senado. Sou político e dançarei conforme a música", afirma. Na opinião de Camargo, essa questão deve ser analisada acima dos interesses pessoais e até de um certo sectorismo em defender a Casa. Para o senador, o mais importante é discutir o que realmente interessa ao País. No entanto, confessa que até agora não se convenceu do Senado não ter resistido como Casa revisora. O líder petebista revelou ter simpatia pela tese do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), que reduz de oito para quatro anos o mandato dos senadores.

É uma proposta e também uma saída para as discussões. Confirmado ser assunto fechado com o partido e bandeira de sua campanha eleitoral, o senador Suplicy talvez seja o único dos senadores favoráveis à extinção do Senado, mesmo mostrando disposição para desenvolver um intenso trabalho. "Aqui dentro, é necessário atuar com afinco", diz Suplicy. Mas ele acha que seu projeto de diminuição do mandato de senador para quatro anos pode ser uma brecha para um acordo.

Limites

A proposta do líder do PT no Senado é também defendida pelo deputado José Genoíno (SP), líder do partido na Câmara. Por ser mais realista, Genoíno afirma não acreditar que a tese do unicameralismo seja vencedora na revisão constitucional. Para ele, o mais provável é a aprovação da limitação das funções do Senado. "Por exemplo, não ser Casa revisora, nem ter a iniciativa de fazer leis", projeta. O deputado entende, ainda, que outra modificação necessária é a igualdade de votos de deputados e senadores. "Como na época da Constituinte, a votação deverá ser unicameral".

Genoíno é contrário ao bicameralismo por convicção. Ele acha que com esta forma de legislação no Brasil, a representação da sociedade relativa a seus estados dentro da Câmara é injusta, porque a proporcionalidade entre estes implica numa desigualdade muito grande. "Por isto, a solução seria uma democracia representativa mais autêntica. Esta é o unicameralismo, que fortalece o parlamento", sugere.

Parlamentarismo

Pensando nesta hipótese para o país em 1994, o deputado Gastone Righi (SP), líder do PTB, afirma que o bicameralismo não combina com o parlamentarismo. "Transportado, então, para este sistema de governo, seria a aberração das aberrações". Ele explica que o parlamentarismo exige uma única Câmara para que, na eventualidade de um impasse, ela possa ser dissolvida. "Com dois legislativos, só a Câmara dos Deputados acabaria extinta. Veja que absurdo poderá ser criado" — deduziu o líder petebista.